

# DISCURSOS E EXPERIÊNCIAS DE NEGAÇÃO NAS FRONTEIRAS DO HUMANO OU POR UMA HISTORIOGRAFIA DAS AUSÊNCIAS ANIMAIS<sup>1, 2</sup>

Data de aceite: 02/06/2023

**Janaina Zito Losada**

Universidade Federal do Sul da Bahia

### **Nove premissas para uma historiografia nas fronteiras do humano**

1. Não há vida humana que não tenha sido tocada ou atravessada pela presença de animais. Desde o historiador inglês Keith Thomas (1988) e, sobretudo, com a entrada nas ciências humanas e sociais do *animal turn* (WOLFE, 2009; DE MELLO, 2012; TYLER & ROSSINI, 2019), é chegado o momento de colocarmos nas nossas análises e leituras das espécies não humanas que conosco compartilham o

planeta. Desde aquelas que amamos até aquelas que nos transmitem doenças e com as quais desenvolvemos medo, nojo ou horror como se tem estudado recentemente na historiografia brasileira. (KURI, 2014; CABRAL, 2014, 2015; LOSADA & DRUMMOND, 2015, 2016; CARVALHO, 2018; DUARTE, 2019).

2. Os processos de co-evolução em si e a biodiversidade não precisam de nós, animais humanos, ainda que participemos deles ou, como ensina o prof. José Augusto Drummond, na esteira das reflexões sobre a biodiversidade como patrimônio<sup>3</sup>, não somos nós que criamos a biodiversidade

1. Nota dos Organizadores: "O presente texto foi escrito e submetido à esta coletânea durante a presidência de Jair Bolsonaro (2018-2022) e faz referências a esse governo no presente. Optamos por deixar o texto como está, por guardar marcas do momento de sua escrita".

2 Agradeço aos professores Marcos Arraes e Guilherme Fóscolo e a todos/as os/as organizadores/as do Seminário Internacional Crises da História e Assombros da Memória na Universidade Federal do Tocantins [2021]. Ao professor da Universidade Federal de Rondonópolis, Flávio Vilas Boas Trovão e ao doutorando da Universidade Federal do Sul da Bahia, Fernando Santana de Oliveira Santos agradeço o compartilhamento do debate na mesa redonda que dá nome a este texto. Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisas Avançadas em Materialidades, Ambiências e Tecnologias/UFSB. Agradeço o apoio da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSB [PIC804-2021]

3 DRUMMOND, José Augusto. Biodiversidade como Patrimônio. Conferência proferida como Aula Inaugural do Campus Paulo Freire, Universidade Federal do Sul da Bahia, 2021.2. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wJ0k-t1RpB6U>. 41:00' – 1:58'

nem em sua existência, nem em sua complexidade. Mas, o dever ou o poder de cuidar e garantir a existência da biodiversidade, este é nosso.

3. As verdades têm se derretido e os desejos de construção de racionalidades ocidentalizadas, que centralizam no homem e na história suas defesas também. *Eliás José Palti* em seu artigo “É possível pensar a história em uma era pós-subjetiva?” (2010) apresenta a urgência de criarmos *novas construções de sentido para a história já que* “não só Deus nos abandonou, mas também, todos os seus arremedos seculares” cuja eficácia inexistente no mundo contemporâneo.
4. Isso nos leva ao sentimento de medo e de terror, cada vez mais presente em nosso contemporâneo e, se o entendermos como Slavoj Žižek (2011), como aquilo que tememos perder, aquilo que nos é ameaçado está sempre já perdido, encontramos-nos numa encruzilhada.
5. Mas, por sorte, também um pensamento africano paira sobre nós e o lugar da encruzilhada pode ser descrito como um “lugar de encontros/ encantos, desencontros/desencantos, é lugar da diversidade, da transformaçã, da ética do cuidado, da escuta sensível, do enraizamento” como quer a filósofa Adilbênia Freire Machado.
6. Neste sentido, torna-se central o papel do intelectual e sua função social e pública, sobretudo do historiador que neste mundo de assombros, fronteiras e encruzilhadas depara-se com a urgência de assumir princípios e tomar posições. Se tomarmos que, a partir de Edward Said, o intelectual “não é nenhum pacificador, nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis” (SAID, 2005, p. 35) teremos que, como naufragos, aprender a viver com e na terra, nunca permitindo-nos abandonar os sentidos éticos e estéticos do maravilhoso e dos possíveis horizontes futuros, utópicos, distópicos ou reais.
7. Assim, o autor ensina que “se quisermos defender os princípios básicos da justiça humana, devemos fazê-lo para todos, não apenas seletivamente para nosso povo, nossa cultura e nossa nação” (SAID, 2005, p. 96). Eu atualizaria também que deveremos desenvolver princípios básicos de justiça e coexistência com outras espécies e para com os biomas e os ciclos vitais do planeta.
8. A natureza deveria estar no centro de nosso humanismo, defende o psicossociólogo romeno Serge Moscovici (2007, p. 201), tornando o humanismo um naturalismo, tendo que nem a vida, nem as ciências, nem as técnicas, nem as relações sociais e nem a história vivem fora da natureza, apontando para que a defesa da natureza seja a palavra de ordem de uma nova quinta internacional. Também para o ecossocialista Michel Lowy (2005, p. 50), a preservação do meio ambiente é um imperativo humanista que exige uma reorientação tecnológica e mesmo civilizacional, à exemplo da urgente mudança da matriz energética para matrizes não poluentes e renováveis.
9. Nas vertigens do pós-humano, definido por Marcelo Buzato (2019) como uma “frente heterogênea, por vezes contraditória, de debate filosófico, prática cultural, inovação tecnocientífica e militância política” que pretende instituir novas ontologias e questionar o lugar do sujeito e suas existências sujeitadoras, encontram-se materialidades e existências autônomas e que independem da

vontade e da ação humana.

Neste sentido, e a partir destes 9 pressupostos, precisamos pensar sobre as fronteiras historiográficas e as possíveis (in)disciplinaridades que podem dar algumas respostas para as questões mais prementes do mundo contemporâneo.

### **(In)disciplinaridades e fronteiras historiográficas**

Quinze por cento da população brasileira não acredita no aquecimento climático, segundo uma pesquisa do Datafolha de 2019 citada pela professora Vanessa Pinsky. O mesmo instituto Datafolha, em 2010, afirmava que 59% dos brasileiros acreditavam na evolução humana conduzida por Deus (seja lá o que isto signifique) e outros 25% acreditavam no criacionismo dito “puro”, com o homem existindo há apenas 10 mil anos.

A falta de informação ou a desinformação deliberada desenvolvida pelo fenômeno contemporâneo das redes sociais e pelo mundo dos algoritmos e da gestão de redes impõe novas questões aos historiadores. Nos quedamos assombrados com o como as fake news puderam decidir uma eleição presidencial ou ampliar as mortes em uma campanha contra a prevenção à pandemia. Demoramos a perceber o crescimento do movimento antivacina e nos aterrorizamos com as desqualificações das fundações centenárias brasileiras que há mais de século funcionam erradicando doenças e com todo o negacionismo, e mesmo, analfabetismo científico.

Por outro lado, os campos da história das ciências, da saúde e da história ambiental vêm se tornando referências nacionais com uma plêiade de historiadores e grupos de pesquisa consolidados e bastante produtivos. Mas, mais uma vez, a história precisa buscar em suas fronteiras os entendimentos que lhe faltam para analisar com rigor e cuidado estas novas realidades que emergem deste mundo caótico para lhes compreender e, ao mesmo tempo, registrar épocas e ideias. Nossas épocas e nossas ideias. Os instrumentos para a compreensão da biotecnologia ou da conservação da natureza ou, ainda, das redes sociotécnicas computadorizadas da Inteligência artificial impõem ao exercício do historiar o que venha a ser a vida e a sociedade nos umbrais dos anos 2021.

Considerada por uns uma das ciências mais disciplinarizadas e disciplinares, e defendida por outros como uma das mais interdisciplinares, a história encontra-se na encruzilhada: de incorporar e dialogar com outros saberes de forma instrumental ou de tomar um caminho mais ousado e redefinir sua própria natureza ampliando os seus olhares para as coexistências entre animais humanos e não humanos e suas inter-relações com os biomas que os/nos abrigam.

O reconhecimento que os humanos têm causado desequilíbrios na biosfera tem sido materializado pelo conceito de Antropoceno, entendido como uma era geológica humana na qual a questão climática está irremediavelmente colocada. O acadêmico e escritor inglês Raj Patel e o historiador ambiental estadunidense Jason Moore chamam este período de

Capitaloceno, da mesma forma que a filósofa, também estadunidense, Donna Haraway. Patel e Moore afirmam que “a vida inteligente futura saberá que nós estávamos aqui porque alguns humanos preencheram o registro fóssil com maravilhas como radiação de bombas atômicas, plásticos” e outros resíduos da “indústria do petróleo”, além quantidades hediondas de “ossos de frango” (2017)<sup>4</sup>. Para Helmuth Trischler, é importante diferenciar o Antropoceno para a geologia na sincronidade dos eventos medidos nas camadas sedimentares e estratigráficas do Antropoceno para a cultura, quando as fronteiras do humano e do não humano são estabelecidas na direção da oposição entre natureza e cultura (TRISCHLER, 2016).

Os historiadores ambientais brasileiros Alfredo Ricardo Silva Lopes e Mário Martins Viana Junior afirmam que ao marcar a “reentrada definitiva do mundo natural na representação do tempo”, o antropoceno estabelecerá um novo regime de historicidade, no qual “o tempo é percebido como regressivo e o objeto usado para representar o transcórre do tempo é o planeta terra transformado e degradado pelo Homo Sapiens.” (2020, p. 22).

Trazer para a historiografia o Antropoceno e renomeá-lo como Capitaloceno pode servir ao processo urgente de sensibilização quanto aos limites da centralidade do capital/exploração/trabalho/propriedade/técnica e as necessidades de superá-los. Patel e Moore utilizam a analogia de que é mais habitual “imaginar o fim do planeta do que imaginar o fim do capitalismo” (2017, p. 2) e que, para responder a isso, seria preciso uma reinvenção civilizacional.

Um dos debates postos pelos intelectuais que tem chamado a atenção para o antroppo/capitaloceno é o tema da datação. Derivado do Holoceno, o século XVIII, tem sido para alguns a marca do início do processo do desequilíbrio de CO<sub>2</sub> e CH<sub>4</sub> na atmosfera a partir da análise do ar preso em camadas de gelo nos polos. A invenção do motor a vapor seria este marco, como defenderam o químico Paul Crutzen e o biólogo Eugene Stoermer. Também há um debate sobre os momentos internos do período, sendo a década de 1950 do século XX outro importante marco. Daí, tem início o processo chamado de Grande aceleração marcado pela ampliação sem precedentes de pessoas, bois e automóveis. Alimentado pela centralidade e explosiva exploração do petróleo e por toda a revolução tecnológica e social do pós-guerra.

Estes marcos/datas são índices reflexivos ou em uma metáfora bem adequada aos dias atuais, são pontas de iceberg que orientam os navegadores que singram os mares, mas deixam submersas imensas massas e densidades acumuladas de eventos seculares como afirmou, há muito, Alfredo Bosi (1996, p. 19).

Elementos que se articulam nas assimetrias do tempo histórico em sua mais genuína relação entre o passado da experiência e o horizonte da expectativa, para utilizar as ideias de experiência e presença em Hans Gumbrecht. Aqui, o horizonte de expectativa é atravessado pelas referências da crise ambiental, do desaparecimento de espécies, das

<sup>4</sup> Tradução da autora.

perspectivas distópicas de um planeta mais poluído, mais desigual, com mais guerras e no qual a razão humana perdeu o controle do mundo, ou pelo menos a ilusão do controle. Estar na natureza e à mercê dela e seus caprichos foi uma experiência comum nos remotos passados humanos. Durante a história moderna, o desejo da conquista e a transformação da natureza em obstáculo/recurso/bem/valor começou a se delinear, impondo uma exploração dos recursos naturais desenfreada que elevou, de forma nunca antes imaginada, os níveis de impacto humano, trazendo, muitas vezes, no relato histórico, a experiência do esgotamento do recurso natural.

Dos relatos do esgotamento dos recursos de forma pontual para uma crise generalizada passaram-se poucas gerações. Os anos 1980 constituem-se para o biólogo evolucionista Edward Wilson um marco devido ao imenso deflorestamento experimentado pelas áreas florestadas ao redor do mundo, mas de forma muito expressiva pelo deflorestamento da floresta amazônica. Como um anátema para ambientalistas, a destruição da natureza parece aceitável como fato social, denuncia o autor na década de 90. (1994, p. 343).

É para esta denúncia, como passado e presente de experiência, que nos voltamos aqui como historiadores e intelectuais públicos a indagar as presenças e as ausências dos animais não humanos na contemporaneidade.

## **Presenças e ausências animais na contemporaneidade**

Pela caça exterminamos durante séculos outras espécies animais. Já no longínquo século XIX, o viajante alemão Carl Seidler, que esteve no Brasil durante os anos 1824 e 1834, denunciava os perigos dos extermínios de espécies. Justificava a “sanha destruidora” dos caçadores na grandiosidade da natureza. Ele afirmava que “a caçada na mata virgem proporciona “prazer e variedade”. Em sua descrição, a natureza era grandiosa, verdadeira mãe. Nela tudo era bravio, selvagem. “E que outra coisa procura o caçador senão o bravio?” ele perguntava. A escolha era “franca” e dada a “fúria destruidora generalizada” o intelectual oitocentista perguntava-se como ainda não teria sido “exterminada nenhuma das espécies da fauna de Noé.” (SEIDLER, 1980, p. 160).

Ele não tinha como saber, mas, já no século XVI, a fauna de Noé perdia espécies por extermínio humano, como divulgou David Quammen (1994). O Dodô das Ilhas Maurício teve registrado o declínio de sua espécie e seu desaparecimento em documentos do colonizador português. Outras extinções foram registradas depois disso. O tema da extinção foi caro ao século XIX e, a partir de então, se estudaram as causas de extinção da megafauna e de espécies da fauna contemporânea. Recentemente, o impacto humano das populações autóctones de coletores-caçadores tem sido apontada ao lado das mudanças paleoclimáticas como um dos fatores decisivos para a extinção da mega e da grande fauna (BURNEY & FLANNERY, 2005; BÉLO, 2017). A caça coletiva, a ampliação populacional

e a baixa taxa de reprodução dos gigantes não humanos também constituem elementos destes estudos (KOLBERT, 2015, p. 239). Fundamental aqui é destacar que, nesse caso, a temporalidade do processo foi tão lenta que as memórias geracionais foram se acomodando ao evento que se tornou imperceptível para a maioria dos seus contemporâneos até que se mostrou irreversível. E ainda temos que a extinção da megafauna possibilitou a ampliação de outra fauna, de menor porte.

A não percepção da catástrofe faz muitas vezes as sociedades continuarem a tomar decisões que lhes serão desastrosas, na leitura de Jared Diamond (2005). A incapacidade de reconhecer um problema ou de reagir a ele quando ainda é tempo e com algum sucesso compõe os condicionantes para o sucesso civilizacional no enfrentamento das crises ambientais que tem o potencial de colapso. Ainda que a leitura de Diamond possa ser criticada em seu binômio um tanto fatalista de fracasso/sucesso, ela serve de referência para mirarmos experiências históricas em uma perspectiva profundamente ecológica.

Os humanos continuamos a impactar o planeta, como afirma o historiador indiano Dipesh Chakrabarti (2013), e precisamos, mais do que nunca, de uma história que nos faça compreender nosso presente.

No Brasil, desde os anos 1940, com os estudos de Frederico Carlos Hoene, já estudado pelos historiadores ambientais Warren Dean e José Luis de Andrade Franco, o tema do desaparecimento das espécies associado ao desaparecimento de habitats, à fragmentação das florestas, ao desaparecimento de animais do topo da cadeia alimentar e das espécies especialistas e da perda de táxons são denunciados. A perda de espécies que sequer foram descritas mobilizou zoológicos, ecólogos e ambientalistas na construção de referenciais acadêmicos, mas também políticos que se traduziram em conferências, documentos e legislação que tinham o intuito de identificar, registrar e proteger as espécies da fauna e flora no Brasil durante o século XX. Zoológicos, Parques, Fundações, Universidades e outras instituições privadas ou públicas mobilizaram e foram mobilizadas para conservar a natureza, em movimentos e ações que se consolidaram na segunda metade do século XX. Espécies ou biomas entraram no vocabulário e na agenda da intelectualidade brasileira atingindo mesmo a sociedade civil e assim foram protegidos o mico-leão dourado (*Leontopithecus rosalia*), a tartaruga marinha<sup>5</sup>, o boto cor de rosa (*Inia geoffrensis*), as baleias como as jubarte (*Megaptera-novaeangliae*), os remanescentes da mata atlântica, do cerrado, enfim, criamos ilhas de proteção em Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, limitamos a pesca em determinadas épocas e lugares e de determinadas espécies para deter a sanha civilizadora que, cada vez mais tecnicada, deixam ver a destruição da natureza e as ausências dos animais.

Segundo o pesquisador Rafael Chiaravalloti, do Instituto Ipê, que se dedica a

---

5 São cinco espécies de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção e protegidas no Brasil, sobretudo no âmbito do Projeto TAMAR: tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*) e tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*).

pesquisas sobre a conservação da natureza, 17 milhões de animais vertebrados morreram nos incêndios no Pantanal em 2020. Dos nossos mares desapareceram, enquanto assistíamos aos sucessos hollywoodianos dos filmes Tubarão, o tubarão-dente-de-agulha (*Carcharhinus isodon*), visto há mais de 40 anos, e o tubarão lagarto (*Schroederichthys bivius*), visto pela última vez em 1988. De nossos campos e florestas, desapareceram inúmeras aves como a bela coruja Caburá de Pernambuco, (*Glaucidium mooreorum*), ouvida pela última vez em 1990. E, enquanto desenvolvíamos uma macacomania fílmica influenciada pela recepção dos filmes hollywoodianos, os primatas brasileiros tornavam-se vulneráveis, tendo o estado de conservação de muitas espécies sido considerado criticamente em perigo.

Estes animais desaparecidos, em indivíduos e espécies, são a presentificação dos limites e ao mesmo tempo das possibilidades de alterações profundas das estruturas mentais na relação entre sociedades e natureza. Espectros que dizem sobre os esquecimentos e a produção das presenças e das ausências na historiografia e na cultura contemporânea. A partir de Ethan Kleinberg (RAMOS, 2017), poderíamos questionar sobre as fantasmagorias dos passados, aqui, das histórias de nossas relações humano-animais.

Já nem nos lembramos mais de quando as baleias jubarte estavam desaparecidas das costas brasileiras, nos idos dos anos 1980. Os esforços de cientistas e da sociedade civil em pesquisas e projetos de proteção mudou o futuro de muitas espécies. No caso das Baleias, os esforços na construção e manutenção do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e os projetos Baleia Jubarte e SOS Baleias foram decisivos para que hoje possamos vê-las saltarem ao longo do litoral brasileiro.

Mas o alerta benjaminiano do assombro com os perigos contemporâneos deve estar aceso. O perigo para a vida e existência de alguns animais ou espécies já não é mais a caça ou seu uso como recurso, mas a fetichização de uma convivência com a natureza desenraizada dos seus próprios processos ecológicos. As baleias continuam em perigo, pois os oceanos continuam em perigo, a poluição e o aquecimento dos mares que a sociedade contemporânea tenta o tempo todo negar, demonstra os perigos e limites do antropoceno para qualquer expectativa de futuro, seja dos humanos, dos animais e mesmo do planeta. A crise invoca, como afirmou Kosselleck, a pergunta aos futuros históricos.

Encontramo-nos em meio a uma sensação generalizada de incertezas e a repostas insatisfatórias no contemporâneo. É para a história que estas perguntas se lançam, mais uma vez, na esteira de Serge Moscovici: “é preciso regenerar a história e fazer participar dela o que fora excluído” (2007, p. 220). Assim, devemos fazer participar da história o que foi silenciado ou naturalizado ou, ainda, negado. Mais uma vez, somos convocados à desnaturalização. Os discursos de negação, mas, sobretudo, as denúncias que os fizeram emergir devem cada vez ocupar mais espaço em nossas mesas de trabalho. É este o objetivo deste escrito.

## Referências Bibliográficas

BÉLO, Pétrius da Silva. *Extinção e a interação homem-megafauna no final do Pleistoceno e início do Holoceno, nos estados de Pernambuco e Piauí, Nordeste do Brasil*. Universidade Federal de Pernambuco, 2017. [Tese de Doutorado]. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/31221/1/TESE%20P%C3%A9trius%20da%20Silva%20B%C3%A9lo.pdf>. Acesso em 05 set. 2021.

BOSI, Alfred. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BURNEY, David & FLANNERY, Timothy. Fifty Millennia of Catastrophic Extinctions After human Contact. Trends In: *Evology and Evolution*, v. 20, nº 7, July. 2005. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0169534705001291>; Acesso em 05 set. 2021.

BUZATO, Marcelo El Khouri. O pós-humano é agora: uma apresentação. In.: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, n(58.2): 478-495, mai./ago. 2019

CABRAL, Diogo de Carvalho. “O Brasil é um grande formigueiro: território, ecologia e a história ambiental da América Portuguesa”, parte I, *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña/HALAC*, 3, No. 2 (2014): 467-489; parte 2, *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña/HALAC*, no. 1(2015): 87-113.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de, “Memórias de criadores de suínos: a modernização da suinocultura vista a partir da experiência dos criadores: Paraná”, *Revista de História Regional*, 23,no. 1 (2018): 134-150.

CHAKRABARTI, Dipesh. O clima da história: quatro teses. *Sopro*, no. 91, Jul. 2013. Disponível em <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf>

CRUTZEN, Paul J. & STOERMER, Eugene F. O Antropoceno e a longa batalha pelo amanhã. *Outras palavras*, 26 fev., 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/terraeantropoceno/o-antropoceno-e-a-longa-batalha-pelo-amanha/>

DE MELLO, Margo. *Animals and Society: an introduction to Human-Animal Studies*. New York: Columbia University Press, 2012

DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAMOND, Jared. *Colapso: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. In.: *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña/HALAC*, 9(2), 16-44.

FRANCO, José Luis de Andrade & DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2010.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. IN: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari & TADEU, Tomaz (org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

INSTITUTO Ipê. Pantanal: 17 milhões de animais morreram nos incêndios de 2020. <https://www.ipe.org.br/ultimas-noticias/2010-pantanal-17-milhoes-de-animais-morreram-nos-incendios-de-2020>

KOLBERT, Elizabeth. *A sexta extinção: uma história não natural*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KOSSELLECK, Reinhart. *A crítica e a crise: uma contribuição à patogeneza do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KURI, Lorelai. *Representações da fauna do Brasil, séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson estúdio, 2014.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva & JUNIOR, Mário Martins Viana. Antropoceno como Regime de Historicidade. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, vol 12, no. 33, jan./jun. 2020.

LOSADA, Janaina Zito & DRUMMOND, José Augusto. Do espetáculo da caça aos berçários de baleias: as viagens oitocentistas e a História da proteção da natureza em Abrolhos. In.: TERRANOVA, Marcos. *Abrolhos: Visões de um arquipélago oceânico*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2016. pp. 67 – 96.

LOSADA, Janaina Zito & DRUMMOND, José Augusto. Espíritos cheios de bichos: A fauna nas viagens de Louis Agassiz e Richard Francis Burton pelo Brasil oitocentista. *Varia história* [online]. vol.31, , 2015. pp.253-284.

LOWY, Michel. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Adilbênia Freire. *Saberes ancestrais femininos na filosofia africana: poéticas de encantamento para metodologias e currículos afroreferenciados*, Universidade Federal do Ceará, 2019. [Tese de Doutorado]

MOSCOVICI, Serge. *Natureza: para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PALTI, Elías José. É possível pensar a história em uma era pós-subjetiva? . In: Topoi, Rio de Janeiro, n. 11 (20), Jun. 2010, Disponível em <https://www.scielo.br/lj/topoi/a/LzJCvSk8c9HBmNZLGzTqn9L/?lang=pt>. Acesso em 13 de set. 2021.

PATEL, Raj & MOORE, Jason W., *A History of the World in Seven Cheap Things: A Guide to Capitalism, Nature, and the Future of the Planet*. Berkeley: University of California Press, 2017.

PINSKY, Vanessa. Negacionismo climático: o que é, argumentos e consequências. Datafolha/Terra, 2010. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/datafolha-59-dos-brasileiros-creem-em-evolucao-guiada-por-deus,0a694bc92690b310VgnCLD200000bbcbe0aRCRD.html>

QUAMMEN, David. *O canto do dodô: Biogeografia de ilhas numa era de extinções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RAMOS, André da Silva. Ethan Kleinberg: Teoria da História como Fantologia. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 25, dez. 2017, p. 193-211

SAID, Edward. Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800) São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRISCHLER, Helmut. The Anthropocene: A Challenge for the History of Science, Technology, and the Environment. *NTM*. Sep. 2016;24(3):309-335.

TYLER, Tom & ROSSINI, Manuela. *Animals Enconteurs*. Boston: Brill, 2019.

WILSON, Edward. Diversidade da vida. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WOLFE, Cary. Human, All Too Human: Animal Studies and the Humanities. In.: *Modern Language Association of America*. Vol. 124(2), mar. 2009. Pp.564-575,

ZIZEK, Slavoj. Em defesa das causas perdidas. Boitempo Editorial, São Paulo: 2011.